

Chip servirá para prevenir roubo de cargas e veículos

Ministro da Justiça aprova a inovação

O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) apresentou, na manhã de ontem, ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, um chip que ajudará na prevenção ao furto de cargas e veículos. "É a tecnologia vindo em auxílio da contenção da criminalidade. Creio que será uma segurança a mais para os proprietários de veículos, especialmente os de carga", destacou Miguel Reale.

Segundo ele, o problema da recepção do roubo de cargas é um dos pontos nevrálgicos do crime. "Temos que agir com inteligência e isso significa adaptar e trazer a tecnologia para combater esse problema", afirmou o ministro.

Miguel Reale disse ainda que haverá operações conjuntas de todas as quatro polícias em vários estados brasileiros. É uma tônica que pretendemos impor especialmente em relação ao roubo de cargas, informou, sem dar maiores detalhes das operações.

O chip, que servirá para identificar e localizar os veículos, será colocado no chassi e caso seja removido, comprometerá o número de identificação do automóvel. Estima-se que a peça custará de quatro a cinco dólares.

Norma nacional

Para a instalação, será feito um furo no automóvel que alojará a peça, que conterá o número do motor e uma criptografia que é praticamente impossível de abrir, destacou o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jorge Guilherme Francisconi, completando que também haverá informações com o modelo do veículo, a placa,

quem é o condutor, entre outras, para a inspeção da Polícia Rodoviária. A leitura desses subsídios será feita por um aparelho de baixo custo, informou Jorge Francisconi.

O ministro Miguel Reale pediu que se faça uma resolução o mais rápido possível para estabelecer o chip como norma nacional. Esperamos que, em um prazo máximo de 45 dias, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), aprove a norma, frisou Francisconi.

Depois de aprovada a resolução, haverá duas alternativas: os veículos deverão sair da fábrica já com o aparelho instalado e os que estão no mercado, caberá ao proprietário fazer a opção. Por um preço baixo você terá algo que vai garantir melhor a sua propriedade. Por enquanto, a decisão será individual, mas como tempo é provável que passemos a exigir como parte para registro do auto, assegurou o diretor do Denatran, que pretende contar com as seguradoras para investir no projeto e reduzir o valor do seguro porque o equipamento melhorará a segurança dos veículos.

O Ministério da Justiça havia pedido para que o Sindipeças apresentasse alternativas de técnicas modernas no tocante a três questões, segundo o diretor do Denatran. Monitorar melhor o roubo de carros e o desmonte para saber o que acontece com as peças e, por último, melhorar o sistema de acompanhamento para reduzir o roubo de cargas, concluiu o diretor.

Estima-se que no Brasil o roubo de cargas e carros chegue a movimentar R\$ 2 bilhões mensalmente. Os estados com a maior incidência são Rio de Janeiro e São Paulo. Mas os dados não são oficiais.

Jornal do Commercio

Quinta-feira, 25 de abril de 2002.

Chip servirá para prevenir roubo de cargas e veículos

Ministro da Justiça aprova a inovação

O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) apresentou, na manhã de ontem, ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, um chip que ajudará na prevenção ao furto de cargas e veículos. "É a tecnologia vindo em auxílio da contenção da criminalidade. Creio que será uma segurança a mais para os proprietários de veículos, especialmente os de carga", destacou Miguel Reale.

Segundo ele, o problema da receptação do roubo de cargas é um dos pontos nevrálgicos do crime. "Temos que agir com inteligência e isso significa adaptar e trazer a tecnologia para combater esse problema", afirmou o ministro.

Miguel Reale disse ainda que haverá operações conjuntas de todas as quatro polícias em vários estados brasileiros. É uma tônica que pretendemos impor especialmente em relação ao roubo de cargas, informou, sem dar maiores detalhes das operações.

O chip, que servirá para identificar e localizar os veículos, será colocado no chassi e caso seja removido, comprometerá o número de identificação do automóvel. Estima-se que a peça custará de quatro a cinco dólares.

Norma nacional

Para a instalação, será feito um furo no automóvel que alojará a peça, que conterà o número do motor e uma criptografia que é praticamente impossível de abrir, destacou o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jorge Guilherme Franciscon, completando que também haverá informações com o modelo do veículo, a placa, quem é o condutor, entre outras, para a inspeção da Polícia Rodoviária. A leitura desses subsídios será feita por um aparelho de baixo custo, informou Jorge Francisconi.

O ministro Miguel Reale pediu que se faça uma resolução o mais rápido possível para estabelecer o chip como norma nacional. Esperamos que, em um prazo máximo de 45 dias, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), aprove a norma, frisou Francisconi.

Depois de aprovada a resolução, haverá duas alternativas: os veículos deverão sair da fábrica já com o aparelho instalado e os que estão no mercado, caberá ao proprietário fazer a opção. Por um preço baixo você terá algo que vai garantir melhor a sua propriedade. Por enquanto, a decisão será individual, mas como tempo é provável que passemos a exigir como parte para registro do auto, assegurou o diretor do Denatran, que pretende contar com as seguradoras para investir no projeto e reduzir o valor do seguro porque o equipamento melhorará a segurança dos veículos.

O Ministério da Justiça havia pedido para que o Sindipeças apresentasse alternativas de técnicas modernas no tocante a três questões, segundo o diretor do Denatran. Monitorar melhor o roubo de carros e o desmonte para saber o que acontece com as peças e, por último, melhorar o sistema de acompanhamento para reduzir o roubo de cargas, concluiu o diretor.

Estima-se que no Brasil o roubo de cargas e carros chegue a movimentar R\$ 2 bilhões mensalmente. Os estados com a maior incidência são Rio de Janeiro e São Paulo. Mas os dados não são oficiais.